

**A ESCRITA FEMININA NA PRÉ-ESCOLA NO ATO DE EDUCAR A
INFÂNCIA CAMPINENSE**

Daniela Medeiros da Silva
Mestranda em História – UFCG
dnimedeiros@hotmail.com

Orientadora : Regina Coelli Gomes do Nascimento

A formação docente em magistério de educação infantil é uma prática tida como recente. Poucas eram as Universidades no Brasil em que tal habilitação era oferecida. A década de 1970 alimenta a discussão ancorada na ideologia da privação cultural, da municipalização da educação infantil e o setor de educação infantil passa a contar com serviços de controle e fiscalização nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Esse clima pressiona a formação de profissionais, contribuindo para o aumento no número de cursos, com grande participação da iniciativa privada. Certamente, o desenvolvimento infantil, a socialização da criança pequena e as múltiplas relações propiciadas pela diversidade de faixas etárias que integram o cuidar e o educar – constituem outros fatores estimulantes para a instalação de tais cursos. É ainda em 1974 que o Ministério de Educação e Cultura cria o Serviço de Educação Pré-Escolar, e em 1975, a Coordenaria de Ensino Pré-Escolar.

A educação brasileira, especificadamente a educação da Pré-Escola, ganha grande significado no País e na cidade, principalmente nas séries iniciais, pois dentro das possibilidades econômicas, está também os interesses do governo militar em articular um projeto de educação voltado para educar os brasileiros e torná-los competitivos para o desenvolvimento da nação, exigindo uma maior e melhor e capacitação de profissionais com formação universitária e com esse crescimento, existia todo um pensar e uma preocupação com os infantes.

Assim, a educação exigiria uma mão de obra especializada para a alfabetização de crianças, no aspecto de indivíduos especializados e escolarizados, como também a necessidade de se ter profissionais preparados para todos os níveis de trabalho, assim

como priorizar e valorizar os programas de capacitação, pensando no futuro do país. Esse projeto remete a uma mudança de mentalidade dos governantes da época, buscando construir grupos escolares, ginásios, colégios, materiais didáticos, salas de aulas adequadas para a faixa etária de seus alunos e, principalmente, no aperfeiçoamento dos professores.

Dentro dessa problemática seria a formação acadêmica e, conseqüentemente, a educação para os infantes uma possível “redenção” da nação. A mão de obra especializada traria grandes frutos para o desenvolvimento do país, seguindo os trâmites esperados pelas políticas públicas, como também a interferência das agências internacionais que os governos da ditadura militar trouxeram para ajudar e interferir na educação brasileira.

Nesse contexto, a cidade procurava se empenhar em manter o discurso do desenvolvimento, a imprensa informava que: [...] *o Ministério da Educação reuniu na agência de desenvolvimento do Nordeste, secretários de toda a região, num primeiro esforço de coordenação de ação em comum de concentração, de verbas e de recursos humanos.* Passa a ter um forte investimento das políticas públicas voltadas para o crescimento intelectual das crianças campinenses, embora nesse momento houvesse uma enorme carência de prédios específicos, espaços de recreação e lazer, ausência de professores capacitados, bem remunerados e, principalmente, com formação de nível superior, o que esses incentivos do governo federal iriam tentar sanar.

Desse modo, em Campina Grande-PB, especificadamente sob a regência da FURNE, fora desenvolvido um Projeto de Pré-Escola para que, em nível superior de ensino, as professoras e também alunas que pretendiam se habilitar em Pré-Escola tivessem, no Curso de Pedagogia, a habilitação específica para trabalhar com as crianças.

Nesse movimento, a institucionalização da FURNE fora um projeto de plano nacional, que constitui em um processo educativo pioneiro, pautado por práticas institucionais que ploriferaram a produção de um saber/fazer pedagógico para a educação das crianças.

A imagem da criança no espaço escolar é construída pelo discurso pedagógico, que delimita a escola como um lugar alegre, em que o aluno será capacitado para o meio social que exige escolaridade e formação para o mercado de trabalho.

Desse modo, as práticas e as instituições, incluindo a família, são maquinarias de governo da infância, são ressignificadas e recodificadas quanto às suas

funções de modo tal a se adequarem às prescrições dos novos equipamentos coletivos para a infância, veiculados pelos saberes *psi* e pedagógicos, entre outros. São discursos que se caracterizam, sobretudo pela abundância de enunciados relacionados à família, à criança, à favela, ao meio rural, à inteligência, à marginalidade, e aos fatores sócio-econômicos.

É nessa maquinaria de governo da infância que o “*Jardim de Infância*” é sistematizado para atender competências e habilidades que condizem ao próprio discurso que institui a infância, a partir dos aparatos discursivos-institucionais, relacionando o ser criança a uma espécie de falha social, onde será o processo escolar a forma de “*educar*” essas “*flores*” que estão no “*Jardim de Infância*”.

Nesse sentido é elaborada uma política sobre o corpo infantil com a finalidade de educá-lo, domesticá-lo e colocá-lo nos moldes políticos pedagógicos da escola. Mas para que haja essa interferência, o corpo pedagógico também passa por uma política de “coerção” manipulada e calculada por uma maquinaria de poder que esquadrinha, o desarticula em um processo que introduz formas, recursos, táticas e procedimentos que constituem a formação docente.

Para isso, o Curso de Pedagogia da FURNE tinha como proposta instituir um lugar para o Pedagogo, ou seja, o do profissional formado, habilitado, torná-lo capaz de articular a formação acadêmica na educação infantil. Nem tudo era harmonioso nesse processo. Existia um tratamento diferenciado nas políticas adotadas pelo sistema público e privado no sentido de disciplinar o corpo infantil. No entanto, a formação do saber/fazer que é apresentado nas tramas dos documentos analisados são discursos de instrumentalização da escolaridade infantil hegemônica, sem nenhuma distinção no aspecto social e econômico das crianças.

Dentro desse *Corpus*, um aspecto interessante é o cuidado com essa criança. Segundo Louro, o corpo é a âncora da identidade, marca definidora da identidade. Então esse cuidado e zelo formulados nos discursos que tecem o corpo infantil são atribuições dadas pelo Corpo Pedagógico, o que podemos chamar de adulto da Pedagogia.

O aumento da demanda por pré-escola incentivou, na década de 1970, o processo de municipalização da educação pré-escolar pública, com a diminuição de vagas nas redes estaduais de ensino e sua ampliação nas redes municipais. Aqui na Paraíba, em especial Campina Grande, a implantação da Pré-Escola teve suas peculiaridades. Antes da implantação da Lei 5.692 (até 1973), o Ensino Pré-Escolar fora ministrado de forma assistemática, o aluno era atendido em anos anteriores à

escolaridade regular, cursando o preliminar e o 1º ano, ingressando logo na 1ª série sem, contudo haver obediência a faixa etária.

A adoção de uma política de assistência e formação de mão de obra qualificada para a educação pré-escolar seria para a FURNE um processo de preparação e atuação no Ensino Pré-Escolar de Campina Grande, atendendo a comunidade carente. É ainda na década de 1970 que o aumento da demanda por pré-escola incentiva e exige o processo de municipalização da educação pré-escolar pública em todo país, exigindo assim das cidades, caso de Campina Grande-PB, professores capacitados e aptos para trabalhar com a educação infantil, dinamizando cada vez mais sua função de pedagogo no espaço educativo, como também refletindo perante a sociedade, uma polêmica sobre o caráter educativo ou assistencialista da educação pré-escolar. Com isso exige-se do educador uma formação específica para desempenhar tal função.

Nesse sentido a capacitação do educador em educação teria que ter o conhecimento do desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança, demonstrando que a infância é uma passagem do mundo infantil para o mundo adulto, oportunizando a formação teórico-prático do pedagogo da Pré-Escola e proporcionando um melhor desempenho profissional. Dessa forma, o professor conseguiria aplicar uma disciplinarização no corpus infantil, retirando todo estigma levado por ela antes do ato de educar. Seria a transformação da criança na escola pela ação pedagógica.

Essa preocupação com o desenvolvimento intelectual da criança situa-se com o desejo de modificar a *infantilidade* da criança, impondo regras, situações, objetivos da vida prática para que elas coordenem de forma independente suas atividades, desejando que as práticas escolares, pedagógicas, curriculares contribuam para que haja *a passagem do mundo infantil para o mundo dos adultos*.

No exercício de transformar a criança em um adulto disciplinado aos moldes de uma política voltada para educação pré-escolar, é exigido, no processo de escolarização do corpo, a produção de um sujeito centrado e independente. Tendo como preocupação essa leitura-formativa do sujeito, a Professora Gelvita Nunes de Souza Maranhão¹, diz que:

A infância era o homem de hoje, estávamos preparando o próximo Presidente, Governador do Estado, próximo Prefeito e assim até mesmo pessoas que fossem ser nossos embaixadores lá fora (risos). Sempre foi essa a perspectiva da Pré-Escola, e pelas as estatísticas foram poucos que ficaram pelo caminho, a maioria saíram bem sucedidos e foram poucos que os que não avançaram na vida.

Na fala da Professora é apresentada uma característica bem notória para aquilo que Louro (1999) chama de disciplinamento dos corpos, que seria a forma como a Pedagogia produz o educando a partir dessas instituições de ensino, o que serão atribuídos às escolas nas práticas cotidianas e como tem influência na construção das identidades sociais. Assim, se torna cada vez mais explícito a vontade de tirar as crianças da marginalização do conhecimento, da pobreza intelectual e torná-las adultas vencedoras, capazes, intelectuais e vencedoras da vida.

A criança passa a ser o centro e atenção dos adultos, tornando essa relação cada vez mais expressiva. O Estado também mostra o interesse cada vez maior em formar o caráter das crianças. Dentro do Projeto de Pré-Escola do curso de Pedagogia da FURNE, seguindo as regras do Estado e as necessidades da época, apresentava-se com a preocupação de uma educação compromissada com a realidade de Campina Grande – PB, no início da década de 80 do século XX.

A Pré-Escola seria um ritual de passagem da criança e para isso a escola sistematiza esse período em fases denominadas de: maternal, jardim de infância e alfabetização. A respeito dessa questão a Professora Creusolita de Almeida Cavalcantiⁱⁱ afirma:

Nos documentos: Educação Infantil, Creche ou Pré-Escola, depende da época, para fins didáticos, para a prática do dia-a-dia, esses termos tradicionais; Maternal I e II, Jardim I e II e Alfabetização nós usamos para o cotidiano para organizar o trabalho pedagógico e na Lei não existe. O uso termos legais são: Educação Infantil e Creche e antes da LDB de 1996, Pré-Escola e Creche.

A forma de organizar as turmas era para melhor assistir as crianças, *onde formaria um grande quadro único, com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente “classificador” do professor*. Nesse contexto, as turmas que se formam dentro da unidade escolar são inseridas em espaços definidos hierarquicamente, de acordo com a idade dos infantes, como também com seu desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo. Assim é analisado o crescimento do ensino-aprendizagem das crianças de acordo com o seu desempenho adquirido em sala de aula.

São nessas condições que, *“naturalmente”* dentro dos discursos pedagógicos, foi concebido e estabelecido para o termo pré-escola, sendo apresentado como um dado natural e caracterizado como idéia de crescimento e amadurecimento dessas crianças. Enquanto o termo *Jardim de Infância* é concebido para jardinar as crianças, o “jardineiro-professor” poderá cultivar, podar, adubar, jardinar essas crianças, que em

sua concepção são vistas como desiguais, desprotegidas, exploradas, incompletas, indisciplinadas, perversas, excluídas, ou ainda como diferentes, porque inocente, imaturo, tanto do ponto de vista social quanto cognitivo, “indivíduos em falta”, cujo “outro” seria o adulto. Nesta concepção, existe a preocupação de se vincular com o processo educativo dessas crianças, a fim de transformar os pequenos em cidadãos capacitados para a sociedade do trabalho. Ainda sobre sua experiência docente, a Professora Creusolita de Almeida Cavalcanti assim narra sua experiência na sala de aula infantil:

Minha experiência é muito boa na Educação Infantil. Aprendi a cantar, dançar, pintar. Sempre trabalhei com criança. Em 10/março/2008 completei 50 anos de Magistério e comecei na Educação Infantil. Naquela época, agente não tinha a educação pré-escolar, que é a Educação Infantil, mas agente tinha uma classe de alfabetização e que recebia o aluno de sua casa e que ele tem sua primeira experiência com a escolarização. Trabalhei na rede municipal de ensino e minha experiência é muito boa. Aprendi muito, aprendi primeiro que o professor de Educação Infantil é polivalente mesmo, é um docente polivalente, ele canta,dança,pinta. Eu aprendi a pintar, dançar, cantar, eu aprendi a entender a criança, a linguagem, eu aprendi mais com as crianças, principalmente, meus alfabetizandos, alunos, meus primeiros professores, meus segundos professores, pois os primeiros foram aqueles primeiros alunos. [...] A cada ano, agente aprende, é como eu disse a você, o crescimento do curso ao longo dos anos, 1983 e 1993 é a grande década na cidade. Existiam poucas salas na cidade, as escolas cresceram e houve grande divulgação da Prefeitura, Universidade, Estado. Houve um crescimento muito grande, eu aprendi muito, pois comecei a pesquisar a Educação Infantil, desde seus pensadores antigos até os que agente tem hoje. Hoje tem grandes pensadores como Vygotski, Piaget entre outros, mas destaco Piaget.

Nos fragmentos acima, entre outras coisas, a professora ressalta a saudade e nostalgia e percebemos também em sua linguagem a paixão e a fascinação demonstrada pelo ato de ensinar a Pré-Escola, exigindo da atividade docente dedicação, atenção, amor e acima de tudo, a importância da formação acadêmica para tal compromisso, habilidades que devemos levar em consideração para o bom adestramento, pois para Foucault o ato de disciplinar *é um método que permite controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar “disciplinas”*.

O Projeto de Pré-Escola da FURNE procura construir um currículo idealizado para a educação das crianças e a formação acadêmica do magistério em Pré-Escola. Nesse momento, passam a existir dispositivos que integram o cuidado e a educação da criança em instituições diversas – como creches, pré-escolas, classes de alfabetização, centros de educação infantil, centros de recreação, entre outras – que convivem neste país com profissionais que dispõem, ainda, de precária formação, com grande

contingente de leigos, desnuda a premência de reformas institucionais e preparo dos profissionais. É partindo dessas idéias, que a infância passa a ser construída/ elaborada dentro do espaço escolar e pela formação dos profissionais, que estariam sendo habilitando em Pré-Escola.

O Projeto de Pré-Escola objetivava [...] *Formar anualmente, trinta especialistas em Educação Pré-Escolar, para atender às necessidades da Comunidade e adjacências*. Com esse objetivo, o Curso estaria capacitando formalmente, legitimando, assim, o lugar do professor de educação pré-escolar, formalizando e reconhecendo a atividade docente em nível superior de ensino, contemplando uma necessidade acadêmica e também das comunidades escolares, que precisavam de docentes com nível acadêmico superior e especializado na área de educação infantil.

No fim do ano de 1978 é alimentada uma discussão ancorada na municipalização da educação infantil e o setor de educação infantil passa a contar com serviços de controle e fiscalização nas três esferas: federal, estadual e municipal. Esse clima pressiona a formação de profissionais, contribuindo para o aumento no número de cursos, com grande participação da iniciativa privada. Assim o Projeto de Pré-Escola atenderá a esses interesses, concebendo um conjunto de regras e normas, dentre as quais não são casuais e sim, construídos com interesses gerados de acordo com programas/projetos.

O Projeto de Pré-Escola da FURNE foi um avanço para o desenvolvimento da educação campinense em relação a formação acadêmica e a própria prática docente da época, pois foi a partir dele a Prefeitura Municipal de Campina Grande se posicionou, adotando também em seu currículo, trabalhos voltados para a educação Pré-Escolar. Em torno dessa discussão, gerou a necessidade de especializar profissionais na área da educação da criança.

Com a implantação da Lei 5. 692/71, o aluno teria que ingressar na 1ª série a partir dos 07 anos de idade, independente de qualquer experiência de aprendizagem anterior, para ser alfabetizado em apenas um ano de escolarização. Com essa norma estabelecida, emerge a necessidade de se ter um período preparatório para a 1ª série. Com isso, a Secretaria da Educação e Cultura do Município de Campina Grande em 1976, segundo Diniz (1994), elaborou juntamente com uma Equipe Técnico-Pedagógica, uma Proposta Curricular destinada ao Ensino Pré-Escolar, cuja execução ficaria a cargo de algumas Unidades de Ensino selecionadas para iniciar a experiência.

Segundo a Professora M^a de Lourdes Cirne Dinizⁱⁱⁱ, ao falar de sua experiência e vivência na prática docente, diz:

Em 1978 fui trabalhar na alfabetização e fui trabalhar na elaboração do projeto de Pré-Escolar. A professora Iara, que é uma das fundadoras, também foi e é professora da UEPB, hoje aposentada, me convidou para elaborar a primeira proposta do município de Campina Grande, com base na minha experiência de 8 anos de alfabetização e pré-escolar. Assim trabalhei na Secretária de Educação do Município orientando, supervisionando os professores do pré-escolar. Eu sentia a necessidade de?, pois eu tinha o curso normal(professora primária). Fui fazer o curso de Pedagogia para adaptar minha experiência com a teoria, ou seja, a prática e a teoria. A implantação do pré-escolar no município foi sistemática. [...] Depois, eu fiz o curso de especialização para professores da Pré-Escola e Alfabetização e por último fiz o Mestrado em Formação Continuada em Educação Infantil.

A professora Maria de Lourdes Cirne Diniz apresenta uma linearidade do tempo vivido, lembra da sua participação ativa no processo de elaboração e implantação do Projeto de Pré-Escola em Campina Grande. Com isso, é construído a produção de um processo de disciplinarização e institucionalização do Saber Pedagógico, que fora legitimado a partir das práticas oferecidas pela FURNE, onde ela atuou como aluna e como Coordenadora da Prefeitura de Campina Grande na implantação do Projeto de Pré-Escola.

A implantação da Educação Pré-Escolar, em termos institucionais, ocorreu a partir de 1978, com o atendimento de 10 Unidades de Ensino no município de Campina Grande, sendo implementada primeiro a Proposta Curricular e depois se expandido, em 1979, com o aumento de mais escolas. Com esses fatos, constatamos que a Rede Municipal iniciou e implantou primeiro a pré-escola, em seguida a FURNE inicia seu processo, formando professores habilitados na Pré-Escola.

Nesse período, alguns professores tinham a formação na Escola Normal. Assim, seria criado um espaço no campo de trabalho, habilitando especificadamente em educação infantil e estabelecendo um lugar próprio para elas. Com isso a educação infantil é marcada pela presença feminina no ato de educar a infância campinense, na pesquisa não consta a presença masculina na formação acadêmica.

A formação dos professores se torna um aspecto relevante no estabelecimento de uma disciplina adotada efetivamente no processo através dos componentes que cursaram no decorrer de sua formação. Essa prática disciplinar não só ocorre em uma via de mão única, mas ela é tecida de mão dupla, pois constitui estratégias, meios,

formas e táticas para que haja a formação das crianças e dos docentes, principalmente a formação docente feminina.

Foi também no saber pedagógico que essa vontade de educar a infância é consolidada por meio do reconhecimento do Curso de Pedagogia em 1971 fazendo dele também um espaço de construção para a educação e para a formação acadêmica em Campina Grande-PB, assim aos passos que se investigava o corpo pedagógico expressavam práticas que promoviam e exigia a expansão e o desenvolvimento do discurso pedagógico atrelado à educação de crianças, práticas essas exigidas pela necessidade de um diploma de nível superior como de professoras capacitadas e especializadas na área infantil.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1981.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CORAZZA, Sandra Mara. *História da Infância Sem Fim*. 2ª edição. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

_____. *Infância e Educação – Era uma vez – quer que conte outra vez?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DINIZ, Maria de Lourdes Cirne. *A Educação Pré-Escolar na Rede Municipal - Monografia de Especialização*, Campina Grande, 1994.

Educação Municipal de Campina Grande – Prefeitura municipal de Campina Grande – 1981.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e Punir*. 35ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREITAS, Marcos César de. *História Social da Infância no Brasil*. 5ª edição. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

Jornal da Paraíba – *Uma Abordagem Franca sobre a Educação*. 30/09/1971. Caderno E, p.02.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOPES, Luiz Paulo da Moita.(org.) *Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*.Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Zilma M. Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1970)* 22ª Ed. Petrópolis: RJ: 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. *A Educação Pré-Escolar Brasileira Durante os Governos Militares*. Caderno de Pesquisa, São Paulo, nº82, p.21-30, ago. 1992.

ⁱ Entrevista nº 03 – Concedida pela Professora Gelvita Nunes de Souza Maranhão no dia 20 de Março de 2009. Foi uma das primeiras alunas habilitadas na formação de Pré-Escola da FURNE, trabalhou até a sua aposentadoria na Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB

ⁱⁱ Entrevista nº 01 - Concedida pela Professora Creusolita de Almeida Cavalcanti concedida no dia 07 de Maio de 2008. Hoje leciona na Universidade Estadual da Paraíba, no Componente Curricular Prática Pedagógica de Ensino.

ⁱⁱⁱ Foi aluna do Curso de Pedagogia da FURNE, foi Coordenadora da Implantação da Pré-Escola no município de Campina Grande no ano de 1977, e hoje é Professora Substituta da UEPB e leciona os Componentes Curriculares – Concepção da Educação Infantil e Ação Docente na Educação Infantil e também Prática Pedagógica IV – Magistério na Educação Infantil; Entrevista nº 02 – Concedida pela Professora Maria de Lourdes Cirne Diniz no dia 29 de Dezembro de 2008.